



Acesso a informações e pluralismo nas fontes de dados da Covid-19 nos jornais no Brasil

Marlise Viegas Brenol¹.

Universidade de Brasília.

Resumo: este estudo tem o objetivo de analisar as fontes por meio das quais os três jornais de maior circulação no Brasil acessaram os dados epidemiológicos referentes à pandemia Covid-19 e verificar se essas fontes dão a ver o pluralismo da esfera política e da esfera da sociedade (Bobbio, 2018). Fizemos uma análise em 193 unidades de textos publicados nos sites dos jornais Folha de S. Paulo, Estadão e Globo no mês de maio e comparamos com a análise de 70 unidades do mês de março, a partir da estratégia metodológica das redes de comunicação pública (Weber, 2017). Os resultados apontam para divisão entre fontes primárias e secundárias, com redução de citação do Ministério da Saúde, incremento de uso de dados dos Estados e municípios, mas também de dados tratados e fornecidos por universidades, institutos de pesquisa, organizações e iniciativas cívicas.

Palavras-chave: transparência; jornalismo de dados; Covid-19; pluralismo; fontes jornalísticas.

1. Introdução

A Covid-19 alterou as rotinas do fazer jornalismo. Em março de 2020, quando foi decretada pandemia mundial pela Organização Mundial de Saúde e o Brasil registrou a primeira morte pela doença (dia 17), as mudanças começaram a ser implementadas. Políticas públicas nacionais, estaduais e municipais indicavam medidas de afastamento físico, condicionando restrições para uma série de atividades produtivas à

¹ Professora substituta na Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Ciências da Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). E-mail: marlisebrenol@gmail.com

exceção dos serviços essenciais, como a imprensa de radiodifusão, internet, jornais e revistas, para garantir “o fornecimento de informações à população e dar efetividade ao princípio constitucional da publicidade em relação aos atos praticados pelo Estado” (Decreto Lei nº 10.288 de 6 de fevereiro de 2020).

Entre as finalidades do jornalismo está informar de modo qualificado (Reginato, 2020) com técnicas e métodos de apuração. O avanço da democracia digital, com a introdução de ferramentas de transparência pública, possibilitou ao jornalismo intensificar o acesso a dados públicos como regra para informar sobre assuntos de interesse público e, principalmente, para fiscalizar o poder público (Brenol, 2019). Desde meados dos anos 2000, leis e normativas vêm sendo implementadas no sentido de garantir o direito fundamental do cidadão de acesso a informações. Para os jornalistas, as normas instrumentalizam ferramentas de trabalho para ter acesso à publicidade governamental. A principal delas no Brasil, a lei de acesso a informação (LAI), está em vigor desde maio de 2012.

Este estudo tem o objetivo de analisar as fontes por meio das quais os três jornais de maior circulação no Brasil acessaram os dados epidemiológicos referentes à pandemia Covid-19 e verificar se essas fontes dão a ver o pluralismo da esfera política e da esfera da sociedade (Bobbio, 2018), considerando os atores das redes de comunicação pública (Weber, 2017). Para cumprir o objetivo, fizemos um levantamento do referencial teórico sobre transparência pública e acesso à informação na democracia digital brasileira, considerando os retrocessos e ameaças recentes. Também resgatamos o pluralismo como valor democrático. Nesse sentido, fizemos uma análise em 193 unidades de textos publicados nos sites dos jornais Folha de S. Paulo, Estadão e Globo no mês de maio e comparamos com análise de 70 unidades do mês de março, considerando o aporte metodológico das redes de comunicação pública. Os resultados apontam para a intensificação da cobertura de março a maio, porém com redução de citação de dados primários do Ministério da Saúde, incremento de uso de dados dos Estados e municípios, mas também de dados fornecidos por universidades, institutos de pesquisa, organizações e iniciativas cívicas. Observamos pouca citação para dados de sindicatos e associações profissionais. A inconsistência e a baixa qualidade dos dados primários, acarretam o uso

de dados de fontes secundárias, sobrepondo projeções e probabilidades a dados reais consolidados.

2. Transparência pública

Na noite do dia 23 de março de 2020, em plena pandemia, a presidência publicou uma medida provisória para suspender os prazos previstos na LAI, determinando que parassem de correr os prazos previstos (20 dias, prorrogáveis por mais 10) nos órgãos da administração pública que tivessem servidores em teletrabalho ou equivalente, enquanto durasse o estado de calamidade no Brasil. A medida provisória foi considerada inconstitucional pelo ministro relator Alexandre de Moraes e referendada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, considerando que a publicidade e a transparência ganham ainda mais relevância diante da pandemia, pois o estado de calamidade autoriza gestores a dispensar licitações para aquisição de insumos e contratações de serviços.

Por trás da discussão suscitada pelo ato da presidência está a disputa entre o poder normativo (legal) e o discricionário (político). O poder normativo atribui visibilidade para as regras do jogo democrático (Bobbio, 2018), enquanto no discricionário há espaço para o exercício do poder político. O regime democrático, no entanto, prevê instrumentos legais para que o normativo possa se sobrepor ao político quando as regras do jogo não forem cumpridas, no sentido de fiscalização dos atos de governo pelas diferentes instâncias dos três poderes, inclusive pela mobilização da sociedade civil. O fato de a medida provisória ter se tornado inválida no sopesamento do Poder Judiciário sobre o Poder Executivo indica que o sistema de pesos e contrapesos funcionou.

Observamos que não só a transparência se mostra como o valor democrático por meio do qual se dá a visibilidade ao poder vigente, mas no que tange o jornalismo é o valor que permite à imprensa o acesso a informações de interesse público e amplo de acordo com pautas jornalísticas estabelecidas. Ainda que a imprensa não tenha possibilidade de conhecer todo o volume de dados públicos produzidos, tratados ou não pelos órgãos públicos, o acesso digital permite ao repórter mais autonomia operacional para

solicitar a informação, coletar dados, tratar a informação e transformá-la em pauta jornalística.

Lipmann ao descrever a natureza da notícia já dava a ver que antes de se tornar notícia, um evento se torna notório por meio de um ato mais ou menos aberto (Berger e Marroco, 2008, p. 166), se não há ato é boato. Para o autor, atos são decreto de falência, incêndio, uma apreensão, uma proposta de construção de ponte, outros atos, dados e fatos. Para o autor, é preciso considerar que atos e dados não são conclusivos, ou seja, cabe ao jornalista reconhecer e transmitir não como verdade absoluta, mas como propostas para um debate público capaz de ampliar a participação dos cidadãos nos temas de interesse público.

Nesse mesmo sentido, para Dewey e Rogers (2012), o público toma parte da comunidade quando eventos são comunicados socialmente por meio de significados compartilhados, criando laços de interesse em comum. Porém, para o autor, os significados antes de gerar consenso, geram um problema quando se assume que significados são gerados por meio de uma educação em comum, em comunidade. Nessa linha, uma ação possível ao problema da educação desigual seria a “comunicação de interesses compartilhados de forma genuína a partir de atividades interdependentes para informar desejo e esforço no sentido de direcionar a ação”² (Dewey & Rogers, 2012, online, tradução nossa). E não há público se não há publicidade das consequências de atos que lhe dizem respeito, na medida em que a associação de atividades e interesses proporcionam articulação de um público organizado. O público está contido em uma comunidade na qual os sujeitos se identificam por significados e interesses em comum. Por isso, a sociedade, no sentido mais amplo, seria uma grande comunidade.

Tanto para Dewey quanto para Lippmann, o cidadão que toma parte, se interessa e se associa, move uma democracia e constitui um público ou uma opinião pública. Ou seja, os dois autores se encontram na ideia de que o jornalismo constitui uma forma de conhecimento do mundo, o qual ativa públicos e comunidades. Nesse sentido, o jornalismo encontra um lugar na produção de um tipo de conhecimento sobre os eventos do cotidiano como ensina Park com o poder de comunicação “viva”, no sentido de que a

² Síntese do texto original “means and ways of communication of meanings so that genuinely shared interests in the consequences of interdependent activities may inform desire and effort and thereby direct action” (Dewey & Rogers, 2012)

notícia “não apenas informa, mas orienta o público, dando a todos a notícia do que está acontecendo... na medida em que os torna compreensíveis e interessantes” (Berger & Marroco, 2008; p. 60). Park assume que é para eventos relacionados a acidentes e incidentes que o público está preparado, aquilo que de forma pragmática o interessa e provoca mudanças súbitas e decisivas. A linha tênue está na morte, aceita quando provocada por um aspecto tido como permanente da vida em sociedade, como as mortes por acidentes de trânsito ou pela velhice, e negada quando provocada por situações de guerra ou catástrofes, situações fora do esperado como uma pandemia. A Covid-19 se estabeleceu como um desvio na normalidade civilizatória contemporânea.

Nesse sentido, os dados epidemiológicos (mortos, diagnosticados, recuperados, testados) tornaram-se centro dos noticiários desde o primeiro registro de morte no Brasil em 17 de março de 2020. Eles dão a ver o horror de mortes que provocam temor e medo no público, bem como viraram objeto de disputas políticas entre diferentes atores. Na pauta diária da cobertura das mortes, o acesso a informações de governo é material bruto para não apenas noticiar as mudanças de rotina e civilidade, mas também para alimentar a prática da reportagem jornalística. O repórter para além de narrar a notícia sobre o evento, à medida em que a sociedade científica se expandiu, também se capacitou para traduzir outras formas de conhecimento, como a ciência, ou mesmo praticar um jornalismo com o empréstimo de métodos científicos, em especial, para conhecer e visibilizar a coisa pública. O jornalismo pode então ser entendido como forma de conhecimento específica que reproduz o conhecimento produzido por ele e por terceiros, que se afasta do senso comum e intuitivo, mas não chega a sistematizar cientificamente (Meditsch, 1998). Também o jornalismo, ao dar forma ao conhecimento singular, aciona os significados particulares para atingir uma cognição universal (Genro Filho, 1987).

O jornalismo capacita-se, então, como forma de reprodução cognitiva do mundo para a sociologia do conhecimento e como tal encontra um lugar social refletido nas teorias democráticas. Uma série de teóricos associam o jornalismo à teoria democrática no sentido de o jornalismo, ao abordar os eventos, potencialmente produzir conhecimento adversário acerca da coisa pública e assentar “claramente numa postura de desconfiança (em relação ao poder) e numa cultura claramente adversarial entre jornalistas e poder” (Traquina, 2018, p. 47).

Essa postura adversarial coloca o jornalismo como um ator social na dinâmica das sociedades democráticas. Não apenas como um ator que transmite ou reproduz, mas um ator que produz conhecimento a partir de uma investigação que dá a ver aquilo que estava oculto, independente de eventos previstos ou imprevistos. Nesse sentido, o jornalismo atua como vigilante e os instrumentos de transparência pública digital se tornam um meio através do qual é possível potencializar esse papel atribuído a ele. Entre as formas possíveis de vigilância na sociedade contemporânea está a investigação de desvios na gestão de recursos públicos. Entre os desvios abordados pelo jornalismo como notícia estão as formas de corrupção como o peculato (tomar para si dinheiro público), malversação (tirar vantagens financeiras pelo cargo), a concussão (abuso de sua função), o interesse privado em atos oficiais, outros. Como na metáfora do Panopticon³ de Bentham, segundo o qual, para as regras de um presídio funcionarem, o importante não é que os prisioneiros vejam quem os vê, o importante é que saibam que existe alguém que os vê, ou melhor que os pode ver. Para Bentham, são três os inimigos da publicidade dos atos públicos: “os malfeitores, que buscam escapar da advertência do juiz; o tirano, que tensiona suprimir a opinião pública, enquanto teme escutar sua voz; o homem tímido ou indolente, que reclama da incapacidade geral de modo a esconder a sua própria” (Bentham, 2011, p. 278). Na impossibilidade de aplicar a metáfora do controle em públicos amplos como uma sociedade democrática, Bentham defendeu a imprensa como o elo legítimo entre a opinião pública (público apto a tomar decisões) e as instituições de governo.

Ao jornalismo, como tributário da transparência pública, mais do que vigiar, no entanto, cabe informar de forma qualificada (Reginato, 2020). Uma destas formas é acessar os dados públicos com competência e método para produzir pautas e reportagens. Como vimos, as leis de acesso a informações públicas mostram caminhos normativos para gerar conhecimento de interesse amplo. Diante de um volume cada vez maior de dados públicos e digitalizados é esperado que os cidadãos “confiem a terceiros a análise das bases de dados disponíveis em quantidades que um indivíduo não teria tempo, nem recursos para processar” (Margetts, 2011, p. 511).

³ Bobbio descreve a arquitetura da vigilância de Bentham como “um conjunto de celas separadas, cada uma das quais com um detento, dispostas num círculo e terminando numa torre, do alto da qual o vigilante, símbolo do poder, pode acompanhar a todo momento os atos dos vigiados” (Bobbio, 2018, p. 154)

Antes da questão do excesso de dados em disputa na democracia digital, o grande problema tem se mostrado estar na dificuldade de gerenciamento, atualização, padronização e formatos dos dados pela própria administração pública. A falta de uma política pública eficiente de gestão da tecnologia da informação leva à impossibilidade da vigilância da prática informática (French, 2014). Quando não há um gerenciamento eficiente de dados interno aos governos, a vigilância exterior como a jornalística torna-se um desafio ainda maior. No Brasil, durante a pandemia, o Ministério da Saúde modificou o método de levantamento de dados epidemiológicos nacionais, despublicou o site oficial que continha o Painel Covid-19, alterou a estratégia de comunicação por entrevista coletiva, provocando desordem e opacidade na complexa comunicação do status da pandemia no país. A imprensa, no papel de vigilante do poder, questionou as medidas. A instabilidade de dados instalou uma desconfiança em relação à acuidade das informações. Acreditamos que a opacidade, a inconsistência e a desordem dos dados de origem do Ministério da Saúde impactaram diretamente nas notícias e, no interesse deste estudo, no pluralismo de fontes identificadas nos jornais, como mostramos na análise.

3. Pluralismo

O debate público sobre os dados epidemiológicos da Covid-19 mobilizou no Brasil diferentes atores da sociedade civil e da esfera política. O episódio de maior repercussão envolveu a retirada do ar do site do Ministério da Saúde que divulgava os dados diariamente, o Painel Covid-19. Na primeira semana de junho, a divulgação dos dados foi atrasada das 19h para as 22h, após os telejornais da noite já terem terminado. No dia 05 de junho de 2020, o portal de divulgação dos dados da Covid-19 foi retirado do ar e republicado no dia seguinte, final da tarde, com alterações na visualização dos dados, como supressão da série histórica de mortos (acumulados) e a possibilidade de baixar os dados para análise. Em resposta a uma ação protocolada por partidos políticos, o Supremo Tribunal Federal determinou no dia 08 de junho a retomada da divulgação nos moldes anteriores.

O ato político do Executivo federal noticiado amplamente mobilizou diferentes atores como o Legislativo, o Judiciário, organizações como a Artigo 19, a Transparência

Brasil e o Fórum pelo Direito de Acesso a Informação, além de representantes da comunidade científica, entre outros, para o debate público em defesa da publicidade dos dados epidemiológicos. A ampla manifestação de atores da sociedade civil em temas da esfera política nos evidencia uma sociedade subjacente ao sistema político que cria núcleos de poder plurais. Bobbio (2018) chegou a articular uma divisão de atores dos níveis político (pluripartidarismo, organizações e movimentos sociais), ideológico (liberdade de pensamento) e econômico (várias empresas concorrentes), onde há liberdade de dissensos e contrapontos, sendo possível acionar o pluralismo. Os jogos de poder no debate público entre os diferentes atores da sociedade pluralista caracteriza que a “democracia dos modernos é o Estado no qual a luta contra o poder é travada em duas frentes – contra o poder que parte do alto em nome de quem vem de baixo, e contra o poder concentrado, em nome do distribuído” (Bobbio, 2018, p. 99).

Weber (2017) nos estudos de visibilidade pública levanta a hipótese de que o debate público se equivale à comunicação pública e essa tem o potencial de qualificar a democracia, seja de origem institucional, seja dos públicos. O pluralismo como elemento do debate público é prerrogativa desta comunicação, ainda que nem todos envolvidos ganhem visibilidade para suas ideias, trabalhos, argumentos e reivindicações. Nesse sentido, a sociedade se move e mobiliza em torno de situações de interesse público, quanto mais afetados pelos temas, maior a mobilização. É o caso de temas políticos como corrupção, criminalidade, pobreza, temas sensíveis como aborto, religião e questões de gênero e temas vitais como segurança pública, transporte e saúde.

A saúde pública manejada por meio de políticas públicas está no centro do debate público relacionado à Covid-19. Essa comunicação pública pode ter mais de um lugar, nos interessa o lugar onde está a imprensa como mediadora do mundo e da realidade por meio de produtos jornalísticos. Nesse ambiente se misturam interesses públicos e privados na seleção de temas, no direcionamento dos discursos e na disputa por potencializar atenção do público atualmente dominada pela dataficação (Mayer-Schönberger, Cukier, 2013) dos meios de circulação em plataformas algorítmicas. Essa dinâmica pode acarretar enquadramentos limitantes para o debate público. Para Weber (2017), “a manifestação dos públicos, a mobilização social e o movimento das redes de comunicação funcionam como vigilância dos poderes executivo, legislativo e judiciário” (p. 39).

4. Estratégia metodológica

Ainda que nem todas as variáveis do debate estejam contidas na mediação da imprensa, assumimos como hipótese operacional para este estudo que tanto mais atores das redes de comunicação pública forem acionados em um texto jornalístico, no sentido de ampliar vozes não apenas da esfera política, mas também da esfera da sociedade civil, tanto mais valor terá uma cobertura jornalística para o pluralismo na democracia.

A proposta deste estudo é analisar o pluralismo na cobertura de imprensa relacionada à abordagem dos dados epidemiológicos que nos permitem enxergar as disputas de argumentos de atores sociais em torno do tema relacionado ao acesso a informações públicas, transparência e saúde pública. Para essa análise adotamos como estratégia metodológica as redes de comunicação pública (Weber, 2017) para tangenciar o pluralismo de atores em 193 unidades de textos publicados nos sites dos jornais Folha de S. Paulo, Estadão e Globo no mês de maio comparadas com 70 unidades do mês de março. A seleção das unidades constituintes da amostra deste estudo foi feita a partir da pesquisa por palavras-chave nos mecanismos de busca nos portais dos três jornais de maior circulação impressa e digital no Brasil, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (Poder 360, 2020). As palavras-chave foram definidas em coronavírus, Covid-19 e dados, no período correspondentes aos meses de março e maio de 2020.

As redes de comunicação pública agrupam interesses por associações e significados em comum dos integrantes, nem sempre em uníssono. O argumento de uma rede é passível de afetar e mobilizar outras redes por dissenso ou consenso a se mostrarem para a defesa de ideias próprias. A eficácia dessas estratégias varia de acordo com atributos de legitimidade (capacidade de liderança, representação e reconhecimento da autoridade), visibilidade (competência técnica e linguagem adequada) e credibilidade (reconhecimento por terceiros legítimos). Nesse sentido cada rede contém um público organizado em torno de significados em comum, com naturezas próprias da comunidade na qual se constituem. Weber (2017) categoriza as redes em três âmbitos divididos em

tipologias de redes, as quais vamos discriminar por atores acionados nas unidades de textos da amostra selecionada (tabela1).

Tabela1: Categorização dos atores tidos como fonte jornalística para dados da Covid-19

Âmbito	Redes	Atores Dados Covid	Março	Maio
Estado	Poder Executivo	Ministério da Saúde	62	43
		Prefeituras	14	16
		Secretaria de Saúde	36	35
	Poder Legislativo	-	-	-
	Poder Judiciário	-	-	1 (Depen)
	Sistema de Radiodifusão Público	-	-	-
Sociedade	Político	Partidos políticos	-	1 (Psol)
		Organizações não governamentais		
		Organismos internacionais (OMS, ONU, OPAS)	14	12
	Social	Coletivos	1 (Brasil.io)	5 (Lagom, Coronazap, CLP)
		Manifestações de rua, arte, instalações	-	-
		Associações profissionais e sindicatos	11	2
		Observatórios	-	-

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
 3 a 6 de Novembro de 2020

		Mídias alternativas	-	-
	Mercadológico	Empresas de interesse privado (propaganda e publicidade)	-	-
		ONGs do Terceiro Setor, patrocinadas pelo mercado	3 (OurWorldinData, Microsoft)	6 (Instituto Votorantin, Pensi)
		Lobby de interesses privados por meio de campanhas públicas	-	-
	Científico-educacional	Universidades públicas e privadas	44	32
		Institutos, fundações e centros de pesquisa	11	6
		Escolas de ensino e aprendizagem e publicações acadêmicas	1	2
		Hospitais	4	4
	Religioso	Igrejas	-	-
		Seitas e grupos	-	-
Midiático	Jornais			3 (FSP, Estadão)
	Rádiodifusão			
	Internet		3 (Comprova, Lupa)	3 (Lupa)

Fonte: elaboração da autora

Interessa observar que a rede de comunicação pública do Estado contém os atores que gerenciam os dados epidemiológicos, ou seja, aqueles que coletam, analisam, publicam os dados primários sobre infectados, mortos, recuperados, testados. Apesar do

processo de descredibilização dos dados do Poder Executivo em curso em função dos atos políticos do Ministério da Saúde, observa-se que os veículos em maio acionaram com frequência essas redes oficiais (Ministério, secretarias e prefeituras).

As demais redes de comunicação se habilitam a trabalhar os dados disponíveis a partir dos dados primários governamentais para gerar informações e conhecimentos produzindo dados secundários. É o caso dos coletivos de ativismo por publicidade de dados em formato aberto como o Lagom e o Brasil.io ou mesmo associações e sindicatos profissionais na luta pelos interesses em comum, como o de médicos e enfermeiros. Apesar das redes de comunicação da sociedade ser atuante em defesa de direitos fundamentais e coletivos, a amostra indica um desprestígio dessas fontes nos três jornais, considerando que sindicatos e associações de março a maio perderam espaço nos textos dos jornais.

Nos textos jornalísticos a rede mercadológica ganha visibilidade por meio de institutos e organizações do terceiro setor que desempenham o papel de monitoramento do avanço da doença e compartilham essas avaliações para justificar as ações de responsabilidade social dos grandes grupos econômicos para dar apoio a uma ou outra comunidade. São pouco acionados na discussão de acuidade de dados epidemiológicos, porém tem atuação importante em doações de materiais e aportes financeiros.

A rede científica, educacional e hospitalar foi acionada 60 vezes no mês de março e 44 vezes no mês de maio. A busca por palavras-chave focada em coronavírus, Covid-19 e dados direcionou o resultado para atores que analisam criticamente a transparência e o uso científico das estatísticas epidemiológicas dando suporte para o debate público acerca das políticas públicas relacionadas a investimentos em equipamentos, protocolos de tratamentos médicos e outras questões. Nesse sentido, essa rede é a segunda mais acionada depois da rede de Estado, considerando que os dados de saúde tratados pelos atores científicos têm origem no Estado, porém por meio de métodos de pesquisa científica contribuem para o compartilhamento de dados secundários relevantes.

As redes de comunicação religiosas pela natureza mística, emocional e intuitiva não figuraram nas pautas concernentes a dados epidemiológicos, já que os dados apro-

ximam a narrativa da objetividade e cientificidade dos fatos e a afasta das crenças e da fé.

Observa-se na rede midiática um protagonismo ainda inicial dos veículos, em especial a Folha de São Paulo, como protagonistas, ou seja, se colocando como fonte secundária de dados pelo fato de se apropriar de dados primários ou mesmo pelo fato de se colocar como atuante na análise crítica dos dados primários.

5. Análise dos resultados

Apesar de o número de unidades analisadas em maio ser mais que o dobro daquela estudada em março, observamos que no terceiro mês de pandemia os textos dos jornais utilizaram menos a composição de dados primários (Federal, Estadual e municipal) ou mesmo a complementação entre fontes de diferentes redes. A diminuição do acionamento do Ministério da Saúde como fonte primária não resultou em crescimento de citações de secretarias estaduais e prefeituras.

A descridibilização dos dados oficiais divulgados nos mecanismos de comunicação da rede de Estado possibilitou mais espaço para coletivos de coleta e tratamento de dados públicos no ativismo por formatos abertos de informações. Lagom e Brasil.io foram citados como fonte por disponibilizarem um método de coleta e tratamento de série histórica de dados desde o início da pandemia. Mais tarde, em junho, os próprios veículos de imprensa passaram a fazer o levantamento em um consórcio entre redações.

Os sindicatos e conselhos profissionais da área da saúde que vinham atuando como ativistas na causa da compra de equipamentos de segurança (EPIs) e estrutura hospitalar no mês de março, sendo bastante citados, perderam espaço em maio. No contexto do mês, começaram a aparecer notícias relacionadas a desvios de verba pública em contratos emergenciais para atender essas demandas, provocando um redirecionamento da agenda. O problema das EPIs deixou de ser debatido na perspectiva dos profissionais e passou a ser discutido como corrupção de Estado.

Na inconsistência de políticas públicas e de uma comunicação de governo eficiente, as redes científicas e educacionais foram acionadas para preencher o vazio e reorganizar a desordem provocada pela rede de comunicação de Estado. Nos dados epide-

miológicos, grupos de pesquisadores trabalharam em especial com cálculos de probabilidades para projetar o avanço da doença por regiões e guiar a sociedade. Como as estatísticas de futuro foram calculadas sobre os dados epidemiológicos da fonte primária do Estado, desatualizados, subnotificados e escassos, muitos estudos não se confirmaram. O método probabilístico, no entanto, não tem o compromisso com a verdade, pois dele não se espera a previsão do futuro, mas um indicativo de desdobramento dos fatos de acordo com variáveis estabelecidas. Ou seja, os jornais, na ausência de dados consolidados (vide queda de citações do Ministério da Saúde), trabalharam em cima de dados projetados, alimentando o debate público com mais hipóteses e menos dados concretos.

6. Conclusões

Cada rede de comunicação pública possui seus próprios meios e canais de visibilidade, porém nos interessam os argumentos manifestos capazes de ressoar nas redes midiáticas, onde se produzem as pautas jornalísticas. Por isso, consideramos plausível utilizar como estratégia metodológica a observação do reflexo da comunicação dessas redes nos textos dos jornais. Assim, entendemos que atingimos o objetivo proposto de analisar as fontes de dados epidemiológicos como indicador de pluralismo.

A análise em 193 unidades de textos publicados nos sites dos jornais Folha de S. Paulo, Estadão e Globo no mês de maio somados à análise de 70 unidades do mês de março evidenciaram a representatividade de todas as redes de comunicação pública categorizadas para ampliação do debate público sobre os dados epidemiológicos da Covid-19. Ou seja, os apontam para divisão entre fontes primárias e secundárias, com redução de citação do Ministério da Saúde de março a maio, manutenção do uso de dados dos Estados e municípios, mas também presença de dados secundários fornecidos por universidades, institutos de pesquisa, organizações não governamentais do terceiro setor, coletivos da sociedade e organizações civis.

Importa destacar que a inconsistência e a baixa qualidade dos dados primários acarretam o uso de dados secundários, tratados por terceiros, sobrepondo projeções e probabilidades a dados reais consolidados. De outra sorte, a pouca evidência dos jornais como fontes dos dados também é um indicador de que no período houve uma tímida

prática de jornalismo com apropriação de dados para tratamento e análise investigativa para o chamado jornalismo de dados. Pelo menos a amostra dos jornais estudados mostra um maior uso dados de terceiros para compor as notícias do dia e as reportagens em profundidade.

Porém, o fato de a análise ter identificado na amostra atores pertencentes aos três âmbitos das redes de comunicação pública evidencia uma prática capaz de refletir o pluralismo do debate público na imprensa. Mesmo com uma visibilidade maior para as redes de Estado, as redes científicas e a da sociedade organizada também se mostraram relevantes e legitimadas como fontes. Mesmo que a imprensa possa e deva ampliar os espaços plurais na composição de pautas, a presença de atores das redes de comunicação pública revela uma postura democrática evidenciando o valor pluralista da imprensa. Portanto, o resultado aqui apresentado suscita possibilidades futuras para os estudos da pluralidade como conduta ética no jornalismo, considerando também a perspectiva da discursividade e da densidade deliberativa dos jornais como lócus da esfera pública.

Referências

- ALMADA, M. P., CARREIRO, R., BARROS, S., & GOMES, W. Democracia digital no Brasil: obrigação legal, pressão política e viabilidade tecnológica. *Revista Matrizes*, p.161-181, 2019
- BRENOL, M. V.. Transparência digital e jornalismo: modalidades comunicativas com uso de dados públicos. Tese para obtenção de título de doutorado no Ppgcom-Ufrgs. Disponível no repositório **Lume**, 2019.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 15 ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2018.
- DEWEY, J., & ROGERS, M. L. **The public and its problems**: An essay in political inquiry. Penn State Press. Ebook. 2012. Disponível em julho no link:
https://books.google.com.br/books/about/The_Public_and_Its_Problems.html
- FRENCH, M. Gaps in the gaze: Informatic practice and the work of public health surveillance. **Surveillance and Society**. 2014. Disponível online em março de 2020 no <https://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/article/view/gaps/gap>
- GENRO FILHO, A.. O segredo da pirâmide:(para uma Teoria Marxista do Jornalismo). **Repositório UFSC**, 1987.
- MARGETTS, H. The internet and transparency. **The Political Quarterly**, v. 82, n. 4, p. 518-521, 2011.
- MAROCCO, B., & BERGER, C. (Eds.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Sulina, 2008.
- MEDITSCH, E. Jornalismo como forma de conhecimento. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, 21(1), 1998.
- MAYER-SCHONBERGER, V.; CUKIER, K. **Big Data**: A Revolution That Will Transform How We Live, Work, and Think. Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

REGINATO, G. D. Informar de modo qualificado: a finalidade central do jornalismo nas sociedades democráticas. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 17(1), 43-53, 2020.
TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. Volume 1. Editora Insular, 2018.
WEBER, M. H.. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. *Comunicação Pública e Política--pesquisa e práticas*. Florianópolis: Insular, 23-56, 2017.

Outros documentos

Decreto Lei n 10.288 de 22 de março de 2020 ato do Poder Executivo. Diário Oficial da União: Edição: 55-J | Seção: 1 - Extra Disponível em <http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.288-de-22-de-marco-de-2020-249098577>

Decisão do Supremo Tribunal Federal, íntegra do voto do ministro Alexandre de Moraes em 26 de março de 2020. Voto foi publicado e referendado pelo plenário. Disponível em julho pelo link: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI6351.pdf>

Decisão do Supremo Tribunal Federal em medida cautelar do ministro Alexandre de Moraes em 08 de junho de 2020. Disponível em julho pelo link:

<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF690cautelar.pdf>

Medida Provisória nº 928 de 23 de março de 2020 de autoria da Presidência da República.

Disponível em julho de 2020 no link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv928.htm

Poder 360. A evolução na circulação dos jornais impressos e digitais no Brasil.

<https://www.poder360.com.br/midia/a-evolucao-na-circulacao-de-jornais-impressos-e-digitais-no-brasil/>

.